



Renovação Licença de Operação

Processo Nº 23/104211/2012 RLO Nº: 71

Ano 2014

Nº Licença Anterior: LO 370

Data de Expedição: 28/10/2008

O INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL – IMASUL/MS, autarquia vinculada à SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DO PLANEJAMENTO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEMAC/MS, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei nº 2.152 de 26/10/2000, (alterada pelas Leis nº 2.598 de 26/12/2006 e 3.345, de 22/12/2006), EXPEDE a presente RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO – RLO, em consonância com a Lei nº 90, de 02/06/1980, regulamentada pelo Decreto nº 4.625, de 02/06/1988, de acordo com a Lei nº 2.257, de 09/07/2001, alterada pela Lei nº 3.992, de 16/12/2010 e normatizada através da Resolução SEMAC nº 08 de 31/05/2011.

Requerente: **EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. SANESUL**

CPF/CNPJ: 03982931000120

Endereço do Empreendimento: RODOVIA MS 065, SAÍDA PARA BRASILÂNDIA

Complemento: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Bairro: Zona Rural

Município Bataguassu

CEP: 79780-000

UF: MS

Bacia Hidrográfica: Paraná/Rio Pardo

Corpo Receptor: Rio Pardo

Área Ocupada Prevista: 237,149 m²

Área Total: 11662,09 m²

Atividade: **7.33 - ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO - ETE**

capacidade: 10 litros/s

VALIDADE LICENÇA: 04 ano(s)

coordenada S: 21°41'20.10"

coordenada W: 52°24'34.07"

Condicionantes Específicas:

1. Esta Licença autoriza a operação da Estação de Tratamento de Esgoto – ETE com vazão de 10 L/s, composto por: gradeamento, 01 desarenador, 01 calha parshall, 01 Reator Anaeróbio de Leito Fluidizado (RALF), 01 leito de secagem de areia, 02 leitos de escoamento sub-superficial com gramíneas (WETLAND) e uma área de apoio;
2. O Empreendimento deverá operar em conformidade com o projeto, memorial descritivo e Sistema de Controle Ambiental – (SCA) aprovados por este Instituto;
3. Apresentar junto ao IMASUL/SEMAM/MS, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de assinatura desta Licença, o comprovante de licenciamento ambiental do poço tubular subterrâneo para captação de água, de acordo com as diretrizes preconizadas na Resolução SEMAC Nº 08/2009, de 06/07/2009, modificada pela Resolução SEMAC Nº 17/2009, de 11/11/2009, pela Resolução SEMAC Nº 21/2009, de 29/12/2009 pela Resolução SEMAC Nº 29 de 03/01/2011, pela Resolução SEMAC Nº 19 de 21/07/2011, pela Resolução SEMAC nº 26 de 28/11/2011 e pela SEMAC nº 06 de 10/07/2012;
4. Deverá ser apresentado a este IMASUL/SEMAM/MS, Relatório trimestral de execução do Plano de Automonitoramento - PAM, no máximo 10 (dez) dias após um período trimestral de coleta de dados, contados a partir da data de assinatura desta Licença, contemplando os monitoramentos abaixo descritos. O Relatório deverá contemplar, para cada monitoramento realizado, tipo e local de amostragem com as respectivas coordenadas geográficas utilizando-se como referência o Datum Horizontal SIRGAS 2000, a avaliação técnica dos dados obtidos e confrontados com a legislação ambiental pertinente. Caso constatada(s) não-conformidade(s), deverá(ão) ser enviada(s), conjuntamente ao Relatório, proposta(s) e/ou medida(s) efetivada(s) de forma a sanar a(s) não-conformidade(s) detectada(s), acompanhada(s) de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART e dos respectivos boletins analíticos das amostras:
 - A) Eficiência do sistema de tratamento de efluentes, através de análises laboratoriais das amostras, que deverão ser coletadas mensalmente, na entrada e saída do sistema, contemplando os seguintes parâmetros: vazão, temperatura do ar e da água, pH, DBO5,20, DQO, Fósforo Total, Nitrogênio amoniacal Total, Cloreto, Sólidos Suspensos, Materiais Sedimentáveis e coliformes termotolerantes;
 - B) Qualidade das águas superficiais, através de análises laboratoriais das amostras, que deverão ser coletadas mensalmente, à montante e à jusante do ponto de lançamento no corpo hídrico receptor, imediatamente após a zona de mistura, contemplando os parâmetros: vazão, cor, turbidez, pH, , DBO5,20, DQO, Oxigênio Dissolvido, Condutividade elétrica, Fósforo Total, Nitrogênio amoniacal total, Óleos e Graxas (informar se ausentes ou presentes virtualmente no momento da coleta), Cloreto, Sólidos Dissolvidos Totais, coliformes termotolerantes, nitrato, nitrito; CONTINUAÇÃO DAS CONDICIONANTES ESPECÍFICAS À FL.02/03.

CONTINUAÇÃO DAS CONDICIONANTES ESPECÍFICAS DA RLO Nº 071/2014.

5. O lançamento dos efluentes deverão apresentar padrões de qualidades de forma a não alterar a classe em que o corpo receptor está enquadrado para atender a Deliberação CECA nº 036/2012 e a Resolução CONAMA nº 357/2005, complementada e alterada pela Resolução CONAMA nº 430/2011;
6. Os resíduos sólidos gerados deverão ser recolhidos, coletados, acondicionados e estocados transitoriamente em abrigos que atendam as recomendações técnicas. Fica proibido o lançamento de lodo "in natura" diretamente no solo, para a remoção lodo proveniente da ETE;
7. Para a remoção lodo proveniente da ETE, deverá ser apresentado ao IMASUL/SEMAC-MS o cronograma de remoção com antecedência mínima de 1 (um) mês, contemplando projeto de disposição do mesmo;
8. Os resíduos provenientes do desarenador deverão sofrer mesmo tratamento que os resíduos sólidos provenientes do gradeamento, estando proibido como destino final corpo receptor;
9. Deverá ser mantida a cortina arbórea no entorno da ETE;
10. Os equipamentos, tampas, medidores de vazão devem ter manutenção constante para evitar derramamento, vazamentos e odor;
11. Fica proibida emissão de qualquer tipo de substâncias odoríferas em quantidades que possam ser perceptíveis fora da área da propriedade do empreendimento;
12. Deverão ser adotadas medidas preventivas de maneira a evitar processos erosivos e assegurar condições que permitam a disposição dos efluentes líquidos e resíduos sólidos, de maneira a assegurar a não contaminação, do solo, dos recursos hídricos, quer sejam superficiais ou subterrâneos;
13. Os operadores da ETE deverão utilizar uniformes e EPI's;
14. Não permitir o acesso de águas pluviais para dentro da rede coletora de esgoto;
15. O entorno da atividade deverá permanecer limpo e em condições adequadas de higiene;
16. Fica proibida ampliação de área, bem como de equipamentos instalados sem a devida autorização do IMASUL/SEMAC/MS;
17. O empreendedor deverá adotar as medidas mitigadoras apresentadas;
18. Deverá manter limpo e sem vegetação (acero) o caminho de acesso ao ponto de lançamento de efluente no corpo hídrico receptor para fins de fiscalização;
19. O empreendedor deverá implantar um posto de medição de vazões no rio Pardo, num prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de assinatura desta Licença, com instalação de réguas a montante do ponto de lançamento no curso d'água, de forma que não haja interferência do volume dos efluentes descartados. As medições deverão ser diárias e obtidas às 7h e às 17h, as vazões calculadas deverão ser entregues mensalmente ao IMASUL/SEMAC/MS, em formato manuscrito e digital;
20. O empreendedor deverá implantar um pluviômetro em local apropriado do empreendimento, num prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de assinatura desta Licença. As medições deverão ser diárias e obtidas em horário único, os índices levantados deverão ser entregues mensalmente ao IMASUL/SEMAC/MS, em formato manuscrito e digital;
21. Quando o IMASUL/SEMAC/MS implantar o Programa de Regularização Ambiental – PRA, em atendimento à Lei Federal 12.561/2012, o empreendedor deverá solicitar a definição da área a ser recuperada na mesma sub-bacia hidrográfica como forma de compensação ecológica pelas intervenções efetuadas na APP;
22. Cumprir a Lei Federal N.º 12.651/2012; a Lei Federal N.º 9.605/98 e Decreto Federal N.º 6.514/2008; a Lei Federal N.º 6.938/81 e a Lei Estadual N.º 2.080/2000;
23. Qualquer inobservância das condições contidas nesta Licença o empreendedor estará sujeito às penas da Lei Federal N.º 9.605, de 12 de fevereiro 1998, do Decreto Federal N.º 6.514/2008, e do Decreto Estadual Nº 4.625/88, de 07 de junho de 1988.

CONDICIONANTES GERAIS DA RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO Nº 71 / 2014

1. Esta Licença não isenta o empreendedor de cumprir as formalidades legais junto aos órgãos federais, estaduais ou municipais;
2. A eficiência do Sistema de Controle Ambiental – SCA é de responsabilidade exclusiva do empreendedor e do responsável técnico pelo projeto/execução;
3. O IMASUL/SEMAC/MS reserva-se o direito de a qualquer momento e de acordo com as normas legais, exigir melhorias e/ou alterações na operacionalização do Sistema de Controle Ambiental;
4. Qualquer alteração na Titularidade e/ou Razão social da empresa deverá ser comunicada imediatamente ao IMASUL/SEMAC/MS;
5. Qualquer alteração, ampliação e/ou diversificação da atividade deverá ser previamente licenciada por este IMASUL/SEMAC/MS;
6. Esta licença deverá permanecer em lugar visível do empreendimento, para efeito de fiscalização;
7. A concessão desta Licença deverá ser publicada em periódico de circulação local/regional e no Diário Oficial do Estado no prazo de 30 (trinta) dias, a partir de sua assinatura, conforme Resolução CONAMA Nº. 006 de 24 de janeiro de 1986, observando o princípio da publicidade. Os referidos editais de publicação deverão ser enviados a este Instituto, sob pena de suspensão dessa Licença;
8. Mediante decisão motivada esta Licença poderá ser suspensa e/ou cancelada, sem prejuízo da adoção das outras medidas punitivas administrativas e judiciais, quando ocorrer:
I – Violação ou inadequação de quaisquer das condicionantes acima descritas ou normas legais;
II – Omissão ou falsa descrição das informações relevantes que subsidiaram a expedição desta Licença;
III – Superveniência de graves riscos ambientais e à saúde.

VALIDADE DA PRESENTE LICENÇA: 04 ano(s) da data de sua assinatura.

A renovação desta Licença deverá ser solicitada num prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias anterior ao seu vencimento

Campo Grande, 07 MAR 2014

Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia
Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul

Carlos Alberto N. Said Menezes
Diretor Presidente - IMASUL

